

MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO (EXECUTIVO) Exercício de 2020

1. Normatização

O Executivo apresentou ao Poder Legislativo Municipal o Projeto de Lei nº 360/2008 de 17 de março de 2008, para apresentação em plenário e posterior votação da criação legal do Sistema de Controle Interno para o Município de Mandirituba, órgão central do sistema de fiscalização financeira, contabilidade e auditoria do Poder Executivo Municipal.

O referido Projeto de Lei resultou na aprovação da Lei Municipal nº 422/2008, que definiu no seu artigo 8º, as atribuições e competências da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno.

2. Qualificação do responsável pelo Controle Interno no exercício de 2020 e pela emissão deste relatório

1.º CONTRO	LADOR		
Nome: Michael Josiel da Cruz	CPF: (70.9600000		
Período de responsabilidade: 01/01/2020 a 3	31/12/2020 - Port. 135/2019		
Servidor ocupante de cargo efetivo? (X) SIM () NÃO			
Nome do cargo efetivo ocupado: Assistente	Administrativo		
Formação: Bacharel e Licenciado em Ciênci	as Biológicas, Pós-Graduado em		
Gestão Pública; Cursos de Qualificação em	Controle Interno e demais áreas da		
administração pública.			

3. Relação de Servidores

Não há servidores nomeados para composição da equipe de Controle Interno.

4. Atividades Desenvolvidas pelo Controle Interno no exercício de 2020

N°	Período avaliado	Setor	Ações/Pontos de Controle	Metodologi a Utilizada *	% ou amostra avaliada	Conclusão
1	Março e Agosto	Secretaria de Saúde – Farmácia Básica	Controle de entrada e dispensação de medicamentos	Conferência	100%	Regular
	Abril	Secretaria de Administração – Patrimônio	Registro e controle de bens	Verificação de documentos	Setor com maior movimentação de bens	Regular
	Janeiro a Dezembro	Secretaria de Administração – Licitações	Acompanhamento do mural de licitações	Acompanha mento	100%	Regular





Fevereiro e Outubro	Secretaria de Administração – Licitações	Execução de contrato de compras e/ou serviços	Conferência	10% dos contratos no período	Regular
Julho	Secretaria de Administração – Recursos Humanos	Realização de horas extras	Verificação de documento	100% das horas realizadas em junho/2020 pela secretaria de saúde	Ressalva(1)
Maio e Setembro	Secretaria de Educação – Merenda Escolar	Conferência dos registros de entradas e saídas de merenda escolar	Conferência	100% da entrega de merendas as escolas e cmeis	Regular
Fevereiro e Novembro	Secretaria de Educação – Transporte Escolar	Controle de abastecimento e diário de bordo	Verificação de registros e sistema informatizad o	100% dos abastecimento s dos meses	Regular
Agosto	Secretaria de Finanças – Tributação	IPTU lançado X arrecadado	Conferência	100%	Ressalva(2)
Julho	Secretaria de Finanças – Contabilidade	Adiantamento de despesas	Acompanha mento	100%	Regular
Março a Dezembro	Secretaria de Saúde	Aquisições e contratações para combate a Covid-19	Acompanha mento	50%	Regular
Julho	Secretaria de Administra e Secretaria de Saúde	Elaboração, organização Portal Transparência Covid-19	Acompanha mento	100%	Regular
Agosto	Secretaria de Administração	Reestruturação Portal da Transparência	Conferencia e Verificação	100%	Regular

5. Considerações relevantes e medidas recomendadas em relação ao item 4

Dentre as ações realizadas pelo Controle Interno, as apontadas com ressalva, apresenta-se as seguintes considerações:

- Após a verificação da folha referente ao mês de junho de 2020 pela secretaria de saúde, observou-se um aumento na concessão, a qual foi justificada pelo Gestor, ser decorrente da Pandemia de Covid-19, o qual exigiu jornadas extras pelos servidores para suprir a demanda;
- 2) A arrecadação do IPTU não se comportou como previsto, apresentando baixa no recolhimento do imposto, após a analise o Gestor, efetuou prorrogação dos prazos para pagamento, buscando ampliar a arrecadação, visto que o momento da Pandemia, influenciou diretamente o recolhimento dos impostos por parte dos cidadãos.



6. Síntese das avaliações

Procedimentos Realizados (*)	Avaliação (**)	
Planos e Políticas de Governo		
Cumprimento das metas contidas no Plano Plurianual	Regular	
Eficácia da aplicação das políticas de governo	Regular	
Estimativas da receita em bases conservadoras	Regular	
Adequação da LOA ao PPA e à LDO		
Diretrizes contidas na LDO	Regular	
Ações e programas do PPA previstos para o período	Regular	
Execução Orçamentária		
Realização da receita e renúncia fiscal	Regular	
Medidas para cobrança da dívida ativa	Regular	
Programação financeira e congelamento de dotações	Regular	
Alterações Orçamentárias		
Créditos suplementares	Regular	
Créditos especiais	Regular	
Créditos extraordinários	Regular	
Regimes Próprios de Previdência Social		
Repasses das contribuições retidas e patronal, bem como		
dos aportes para amortização do déficit em conformidade	Ressalva 1	
com o cálculo atuarial		
Pagamentos dos parcelamentos das dívidas com a	Regular	
previdência própria	Regulai	
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB		
Ato de nomeação dos membros	Decreto nº 544/2019	
Composição	24	
Funcionamento – regularidade das reuniões	Regular	
Qualidade das informações prestadas	Regular	
Parecer do Conselho sobre as contas de 2020	Regular	
Parecer do Conselho em relação à remuneração do		
magistério aplicação de no mínimo 60% das receitas do	Regular (81,07%)	
FUNDEB no exercício de 2020		
Parecer do Conselho em relação à aplicação, no exercício	Deculer (1 500/)	
de 2020, de, no mínimo, 95% dos recursos do FUNDEB	Regular (1,58%)	
Conselho Municipal de Saúde		
Ato de nomeação dos membros	Decreto nº 785/2021	
Composição	32	
Funcionamento – regularidade das reuniões	Regular	
Qualidade das Informações prestadas	Regular	
Parecer do Conselho sobre as contas de 2020	Regular	
Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde é executada		
de forma	Centralizada	
Comitê Municipal do Transporte Escolar		
Lei de criação	Lei nº 782/2013	
Ato de nomeação dos membros	Decreto nº 692/2020	
Composição	8	
Parecer do Comitê em relação às competências descritas	Dogular	
no Art. 17 da Resolução nº 777/2013-GS/SEED	Regular	
Gastos com Pessoal do Poder Executivo		
Apropriação contábil da despesa	Regular	
	Ressalva 2 (53,97%	

Dívida Consolidada		
Apropriação contábil da dívida	Regular	
Limite da dívida consolidada	Regular (9,53%)	
Limites Constitucionais		
Índice das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	Regular (25,08%)	
Índice das despesas com serviços públicos de saúde	Regular (21,32%)	
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas		
Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM)	Regular	

7. Considerações relevantes quanto ao item 6 do Relatório

- Os repasses das contribuições retidas foram repassados corretamente, por sua vez, o patronal e o aporte não ocorreram em sua totalidade. a qual foi justificada pelo Gestor, que em decorrência do estado de calamidade pública decorrente da Pandemia de Covid-19, influenciou diretamente a situação financeira. Posteriormente o Gestor solicitou o parcelamento dos débitos;
- 2) Ao final das análises das folhas de pagamento, constatou-se elevação dos índices de gasto com pessoal, sendo notificado o Chefe do Poder Executivo, para que no decorrer do exercício financeiro, ou seja, nos 2 quadrimestres seguintes adote medidas para sanar essa irregularidade.

8. Demais ações desenvolvidas

Auxiliou-se o Tribunal de Contas em relação a três APAs no ano de 2020, nº 14817 referente a fiscalização do PAF Receita Pública, com resultado "Descartado – conclusão Superior", os de nº 15528 referente a Fiscalização por Acompanhamento o qual está em andamento.

9. Participação em Consórcios Intermunicipais

CNPJ	RAZÃO SOCIAL
03.273.207/0001-28	Consórcio Intergestores Paraná Saúde
04.762.909/0001-38	Consórcio Intermunicipal Para Gestão de Resíduos Sólidos
08.061.295/0001-18	Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná

10. Encaminhamento da Prestação de Contas para a Câmara Municipal

Foram encaminhados os documentos abaixo para a Câmara Municipal em 25 de março de 2020, em atenção ao art. 49 da Lei Complementar n.º 101/00.

- Demonstrativo analítico, emitido pela tesouraria, dos saldos financeiros em caixa e bancos em 31/12/20, inclusive das aplicações financeiras conforme totalização constante do Balanço Patrimonial.
- Demonstrativo das conciliações bancárias das contas em que o saldo contábil é divergente do saldo registrado na tesouraria.





- Todos os Anexos de Balanço previstos no art. 101 da Lei 4.320/64, estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP STN) e NBC T 16.6, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidos pelo sistema de contabilidade, em conjunto com os Anexos correspondentes emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício de 2020, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária publicados durante o exercício de 2020, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Cópia integral do processo de prestação de contas enviado ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório.

A



AVALIAÇÃO DA GESTÃO (PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de Controle Interno no exercício financeiro de 2020, do CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, conclui-se pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração para as medidas que entender devidas.

A conclusão antes referida decorre da constatação de ocorrência na conta da gestão da seguinte inconformidade:

Repasses das Contribuições Retidas, Patronal e Aportes; Gasto com Pessoal do Poder Executivo;

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Mandirituba, 25 de março de 2021

Michael Josiel da Cruz Controle Interno CPF